

AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO NO INÍCIO DO ANO LETIVO DOS PROFESSORES

Zuleica Dias SANT-ANA¹

RESUMO. A avaliação significa atribuir alguém um determinado valor qualitativo e/ou quantitativo, podendo ser utilizado, nesse processo, diversos instrumentos e estratégias, além do mais necessita ser alicerçado no respeito a pessoa e na valorização de suas potencialidades. Assim, os professores de escolas públicas ou particulares precisam organizar os seus planejamentos, baseado no avaliar do desenvolvimento integral do estudante, para que possa construir atividades e escolher os melhores métodos, procedimentos, recursos e técnicas que contribuam para que os seus estudantes alcancem os objetivos propostos para aprendizagem. Neste caso, adotou-se como objetivo compreender a importância da avaliação do estudante, no início do ano letivo, para alavancar o planejamento no processo de ensino e aprendizagem. Para almejar essa compreensão, precisou-se inserir o método de pesquisa bibliográfica e documental, com base no aprofundamento de livros e no próprio ordenamento jurídico brasileiro. Ciente dessa realidade, é preciso que a avaliação inicial do estudante seja eficiente, pois servirá de instrumento que contribuirá para o planejamento do professor, no transcorrer do ano letivo, para trabalhar os diversos conhecimentos, habilidades e capacidades pessoais de seus estudantes.

Palavras-chave: avaliação; planejamento; aprendizagem; professor.

INTRODUÇÃO

A avaliação, no início do ano letivo, tanto de escola pública como particular, poderá ser fundamental para aprendizagem do estudante, ao passo que contribui na redução do fracasso escolar e no conscientizar dos professores quanto à estratégia adequada para alcançar a qualidade do ensino que será ministrado.

¹ Mestranda da Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS; especialista em Direito do Trabalho e Previdenciário, na FAMA; especialista em Gestão de Trabalho, na Fiocruz; especialista em Gestão na Saúde, na Fiocruz; especialista em Psicopedagogia, na UFAL; especialista em Proeja, no IFAL; especialista em Abordagens Clínicas, no CESMAC; especialista em Direitos Humanos, na UFAL; graduada em Psicologia, no CESMAC; graduada em Direito, na FAMA; graduando em Pedagogia - Faculdade Claretiano; professora da rede municipal de Maceió. E-mail: santhanaz@hotmail.com.

Não se pode desconsiderar que a avaliação do estudante, poderá ser útil para identificar o nível de conhecimento que possui para seu avanço, no transcorrer do ano letivo, bem como possibilita verificar se tem os elementos necessários para evoluir no processo de aprendizagem. Ademais, espera-se que os estudantes consigam interagir com o objeto da aprendizagem, ao passo que consiga transformá-lo, em algo significativo, para o seu desenvolvimento cognitivo, pessoal e social.

Entende que o planejamento do professor requer que tenha antes conhecimento integral de seus estudantes, isto é, nos aspectos cognitivo, social, familiar e cultural. Somente, assim, o professor poderá traçar um conjunto de ações, coordenado entre si, que corroboram para almejar um determinado resultado ou objetivo desejado, previstos de forma mais eficiente e econômica.

Pensando assim, espera-se compreender a importância da avaliação do estudante, no início do ano letivo, para o planejamento do processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração a primeira semana de contato com seus estudantes, sem esquecer-se de agregar a sua avaliação outros instrumentos de informações como, por exemplo, o parecer descritivo (1^a ao 5^o anos do Ensino Fundamental), laudos médicos, escuta da familiar, percepções de professores de anos anteriores e coordenação, avaliação psicopedagógica da sala de recursos multidisciplinar e outros que se acharem necessários.

Para alcançar o aprofundamento dessa temática, precisou traçar como método de estudo, a pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, visto que foi baseada em artigos e livros. Documental, levando em consideração a existência dessas informações nos instrumentos norteadores da escola como, por exemplo, Regimento Interno da Escola, Proposta Política Pedagógica, Proposta Pedagógica e legislação vigente.

Diante dessa realidade, percebe-se que a avaliação no início do ano letivo se justificativa por contribuir como um dos instrumentos que auxilia no diagnóstico do estudante, possibilitando no adequado planejamento do processo de ensino e aprendizagem. Destarte, é preciso esclarecer que a aprendizagem precisa ter adequado material de estudo, ambiente saudável e suporte para avançar na compreensão do assunto trabalho em sala de aula.

Avaliação Inicial e o Planejamento do Professor

A avaliação poderá representar uma forma de julgamento, descrição e opinião e até processará na interpretação dos resultados obtidos, levando em consideração os objetivos e ao público a que se destinam. Durante esse momento, espera-se que o professor tenha habilidade de definir o tipo de avaliação, bem como aproveite de forma satisfatória os seus resultados, sem esquecer-se de ter um olhar especial em relação às diferenças de seus estudantes.

A partir da construção desse instrumento poderá haver a verificação das habilidades e aptidões específicas dos estudantes. Registra-se, portanto, como sendo um processo de “(...) aquisição de conhecimentos do conteúdo da matéria, mas também atitudes, interesses, ideias, hábitos de trabalho, modo de pensar e agir, bem como adaptação social” (SANT’ANNA, 2011, p.31).

No entendimento de Luckesi (2011, p.116) a avaliação representa uma reflexão crítica de uma ação de curta ou longa duração, ficando claro que o "planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões". Cabe alvitrar que a avaliação representa um sistema crítico que atravessa o ato de planejar e de executar do professor.

Ao mergulhar, nesse contexto, pode-se inferir que o planejamento do professor deverá ser fruto de um conjunto de ações articuladas, com a premissa de alcançar os objetivos, perpassando pelos planejamentos educacional (ênfase aos problemas da educação), curricular (ênfase aos fins da educação prevista nas atividades) e até o de ensino (previsão das etapas do trabalho da escola, visando resultados e produtividade). Decerto, o professor deverá reconhecer que precisa constantemente estar se renovando/qualificando e buscando a melhor forma de melhorar a sua prática, garantindo um melhor caminho para os estudantes venham superar os seus desafios na aprendizagem.

Planejamento do Professor

A educação, tanto de escola pública como particular, tem o dever social e cultural para a aprendizagem do estudante, mas é preciso ser alicerçada por instrumentos que viabilizem a sua prática diária, dentre eles, o planejamento. Para o planejamento, considera-se fundamental que se pense no currículo e no nível de desenvolvimento do estudante e a sua faixa etária para a

elaboração do plano de aula e demais planejamentos.

O professor precisa ter habilidade e conhecimento para elaborar o seu planejamento, no início do ano letivo, uma vez que é um processo dinâmico e progressivo. Neste caso, planejar "(...) é prever, e toda previsão e prospectiva estão sujeitas a erros e imprevistos, daí a importância da flexibilidade para se puderem realizar mudanças" (MENEGOLLA; SANT'ANNA, 2008, p. 67), levando em conta que serve para estruturar e organizar os conteúdos, os recursos e as atividades, com base em suas experiências, observações e avaliações dos estudantes.

Em sua essência, o planejar representa uma "(...) atividade intencional que projetam fins e estabelecem meios para atingi-los. Por isso, não é neutro, mas ideologicamente comprometido", segundo o entendimento de Luckesi, 2000, p. 105. Assim, o planejamento quando for bem estruturado, possibilita o professor a definir estratégia que levam a cooperação e a participação dos estudantes, sem esquecer que contribui para o maior domínio de sua prática, com contínua integração. Além do mais, deve ser realista e possível de ser adaptada a nova situação, não prevista, que possa surgir.

Nessa senda, a prática de planejar para Gama (2016, p.23) representa:

(...) antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e adir de acordo com o previsto (...) a atividade de planejar não é somente projetar ações futuras, mas é também agir em função daquilo que se projetou, do pensado, do idealizado como realidade desejada, ou seja, que haja coerência entre o que foi idealizado e sua realização.

Todo processo de planejamento implica em conduzir o professor a definir seus objetivos e levar a aprendizagem para que faça parte dos interesses dos estudantes, para tanto é preciso que sejam selecionados e organizados os conteúdos que tenham alguns significados suas realidades. Neste ínterim, é necessário que sejam selecionados os procedimentos e os recursos adequados para definir com que e como deve ser trabalhado no transcorrer das aulas.

Sem esquecer que o planejamento deve ser útil, válido e profundo, ao passo que tenha um significado para todos que ele envolva, levando a transformação no estudante, especialmente, construído com preparo técnico pedagógico para atenderem aos seus objetivos.

É bem verdade que o planejamento do professor deve ser um plano aliciado na clareza e na realista de seus estudantes, refletindo dentro das técnicas, dos recursos e avaliações. Sem esquecer que necessita ser funcional, ao passo que seja compreensivo e simples em sua

execução.

Por obvio, a prática do planejamento dos professores representa uma atividade de permanente construção dialética, onde existe a interação entre os participantes em busca da reflexão crítica e coletiva sobre a realidade. Por isso, deverá ser versátil ao ponto de transformar a realidade e adequado ao contexto escolar e necessidades do professor (ARAUJO apud GAMA, 2018, p.34).

O planejamento, dentro de uma perspectiva de processo, parte da prática professor, ou seja, quando há o fornecimento de dados para o diagnóstico das situações problemas, levando a busca de soluções, seja no contexto individual como coletivo. A partir de uma visão crítica-reflexiva poderá o professor ter dados suficientes para transformar a realidade existente, destacando-se como fruto de seu julgamento acerca de sua realidade, visto que tem traçados os seus objetivos, metas, organização e seleção de estratégias mais adequadas para solução de problemas e construir o seu planejamento (ARAUJO apud GAMA, 2018, p.34).

Para o entendimento de Menegolla e Sant'anna (2008, p. 67) a elaboração de um planejamento de disciplina requer das seguintes etapas:

- conhecimento e análise da realidade do estudante, do professor, da escola e da comunidade;
- definição dos objetivos dos estudantes e dos professores em relação à disciplina;
- delimitação dos conteúdos mais significativas para atingir os objetivos;
- escolha dos melhores procedimentos e técnicas de ensino;
- seleção dos possíveis e melhores recursos humanos e materiais;
- estabelecimentos dos melhores processos de avaliação, assim como as melhores técnicas e instrumentos

Na verdade, o planejamento e avaliação dos professores são atos que estão a serviço da construção de resultados satisfatórios. É evidente que o planejamento traçada previamente os caminhos, a avaliação subsidia os redirecionamentos que venham a se fazer necessários no percurso da ação. Enquanto que a avaliação é um ato de investigar a qualidade dos resultados intermediário ou finais de uma ação, subsidiando sempre sua melhora (LUCKESI, 2011, p.165).

Pensando, dentro dessa realidade, não há dúvida, que o planejamento é importante para

organizar as atividades do professor, no início de ano letivo, por isso a sua gestão parte do princípio que a sua etapa deverá ser ampla, complexa e multifacetado, levando em consideração que a avaliação poderá garantir a qualidade da aprendizagem do estudante.

Da avaliação do estudante nos anos iniciais

A avaliação é um instrumento que pode ser aplicado antes e durante o processo de aprendizagem do estudante, no entanto é preciso estar atento a qualidade da sua confecção, o público a que se destina e os objetivos que se pretende alcançar. Aliás, as avaliações podem emergir com funções diversas, isto é, diagnóstica, formativa e somativa, segundo o entendimento de Sant'Anna (2011, p.32).

Vale salientar que a avaliação diagnóstica apresenta como sendo aquela em que o professor é o sujeito, descartando ser um objeto da ação educativa que não participa do processo de sua avaliação, mas apenas recebe, direta ou indiretamente, o resultado de sua vitória ou fracasso.

É com esta perspectiva que a *avaliação diagnóstica* passa a ser inserida dentro do trabalho pedagógico do professor, levando a ser um instrumento que poderá ser utilizado no início do ano letivo, principalmente, para constatar o que estudantes precisam saber, para a nova aprendizagem durante aquele ano.

Neste período, não resta dúvida que há a necessidade de ter informações de cada estudante, para que se possa traçar um planejamento de aula. Assim, a avaliação deverá se destacar como um diagnóstico que:

(...) se constitui por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que aprendeu e como aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram o que se faz necessário planejar para solucionar as dificuldades encontradas (SANT'ANNA, 2011, p.33).

Para se ter ideia, o professor precisa identificar se em sua turma há indícios, barreiras ou motivos que possam levar o problema no seu desempenho escolar, ou seja, existem dificuldades ou distúrbios em seus estudantes que podem interferir na evolução da sua aprendizagem.

Já a *avaliação formativa* é aquela que tem objetivo de avaliar o que o professor e o aluno sabem sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades

escolares (SANT'ANNA, 2011, p.33). É preciso estar atento ao fato que esta avaliação² é chamada de acompanhamento de processo, onde ocorre constantemente, com o intuito de identificar os possíveis entraves no processo de aprendizagem, conduzindo ao aperfeiçoamento dos procedimentos para reorganizar o planejamento para que se possa concomitantemente criar oportunidade para aprendizagem do estudante.

Enquanto que a *avaliação somativa ou de resultados* traz em seu bojo uma forma de classificar os estudantes ao final de aproveitamentos apresentados (SANT'ANNA, 2011, p. 35). Diante dessa técnica, verifica-se que poderá ser utilizada durante e no final do ano letivo, com o escopo de averiguar as aprendizagens alcançadas, além do mais é por intermédio dela que se pode decidir, determinar e promover o/a estudante no processo de escolarização, conduzindo aos objetivos e metas educacionais.

A questão que se coloca é que a avaliação tem que formar um ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, marcado por um valor mais próximo do ideal estabelecido e com base em critérios pré-estabelecidos. Neste caso, Luckesi (2011, p.69-71) esclarece que a avaliação da aprendizagem traz um juízo de qualidade que:

1. é produzido por um padrão comparativo entre o objeto que está sendo ajuizado e um determinado padrão ideal de julgamento;
2. deve estar fundado sobre dados relevantes da realidade;
3. é uma tomada de decisão que poderá estar alicerçada em continuar na situação em que se está, introduzir modificações para que este o objeto ou situação se modifique para melhor, ou suprimir a situação ou o objeto.

Convém esclarecer que a avaliação da aprendizagem baseia-se em uma tomada de decisão do professor que deve fazer com o aluno, especialmente, quando ela se manifesta satisfatória ou insatisfatória. Por isso, a avaliação precisa ter clareza por parte do professor, para não se transformar em instrumento de controle e punição, mas sim levando ao crescimento do estudante para um elevado patamar cultural com prazer de entender melhor o mundo e crescimento na sua compreensão e visão da realidade.

² Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (...) V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (BRASIL, 1996).

A ideia que se pretende chegar é que o processo de ensino e aprendizagem precisa ser alicerçado pela concepção do professor em relação aos seus estudantes, para tanto é preciso que se utilize de uma avaliação. Ademais,

A avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do estudante, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico ou prático (SANT'ANNA, 2011, p.32).

Neste caso, o processo de avaliação se destaca como instrumento que investigam os obstáculos na aprendizagem como, por exemplo, cognitiva, psíquica/emocional e funcional ou orgânica/biológica. Neste caso, a avaliação irá averiguar a existência de um problema de origem orgânico ou psicológico que podem interferir na área funcional ou social afetiva, visto que culminam em obstáculos na aprendizagem. Assim, as inadequadas avaliações dos professores podem levar em impactos negativos no processo de aprendizagem dos estudantes.

Da inadequada avaliação pelos professores e seus impactos na aprendizagem

Para compreender os impactos da inadequada avaliação no processo de aprendizagem dos estudantes, é preciso entender que sua adequada realização possibilita a garantia da inclusão escolar, pois existe “(...) o respeito a dignidade, autonomia individual e a independência da pessoa, (...) não haverá discriminação, respeito a diferença e ao desenvolvimento das capacidades, aceitação dos deficientes, igualdade de oportunidades e (...) garantia de acessibilidade educacional e estrutural”(SANT-ANA; SILVA, 2017, p.215).

Neste caso, a avaliação do estudante precisa ser executada com precisão e sem pressa (evitando equívocos e ausência de dados), para que se possa identificar se há os indícios ou não, sinais ou manifestações de problemas que possam causar perturbações, morosidade ou interrupção na aprendizagem.

Neste ínterim, é temeroso que não sejam identificadas claramente as barreiras em relação à aprendizagem como, por exemplo, as de origens orgânicas e/ou psicológicas. Diante desse quadro, percebe-se que há as interferências nos aspectos funcionais, sociais ou afetivo das pessoas culminado em problemas como lentidão ou parada na aprendizagem (SCOZ, 2013, p.44-45).

Quanto à avaliação, o professor deverá ser capaz de identificar se existem de fato

indícios, sinais ou manifestações de problemas, podendo ser aprofundado posteriormente com um estudo, levando em consideração a escuta dos pais ou responsáveis, de diagnósticos clínicos, parecer descrito de ano anterior e da análise da sala de recursos multifuncionais.

Em verdade, a prática do professor precisa estar em conformidade com o nível de desenvolvimento de seus estudantes e a faixa etária, embora seu comprometimento possa ser decorrente de **sintomalogia de problemas de aprendizagem**, ou seja, a interferência na leitura e escrita, especialmente, quando decorre da dificuldade em ler (identificar símbolos), escrever (omissão ou utilização indevida de letras) e interpretar (compreender o que está lendo e atribuir significado simbólico e social), problema fonológico (trocas de letras ou fala errada), inversão de letras (transitório ou normal), sem esquecer-se da dificuldade de memorizar, dificuldade de transmitir o que foi aprendido (cópias ilegível) e inibição da escrita (alteração no desenvolvimento psicomotor). Há, ainda, o caso em que se identifica a lentidão e a parada na aprendizagem (generalizada) (SCOZ, 2013, p.50-67).

Em relação **aos obstáculos a aprendizagem**, precisa que o professor reconheça quais a interferências funcionais como, por exemplo, de orientação espacial, temporal e coordenação motora, isto é, desenvolvimento motor e de percepção e, ainda, as interferências sócio-afetivas como, por exemplo, "a indiferença, a agressividade e superproteção dos pais, a falta de padrões e normas de comportamento e de contato com materiais gráficos, a falta de estímulo, as perdas e pobreza familiares, como responsáveis pelo mau rendimento (...)" (SCOZ, 2013, p.69-70).

Quanto às **causas do problema de aprendizagem**, verificam-se aquelas decorrentes de disfunções neurológicas, as deficiências (deficiência intelectual, surdo, deficiência auditivo, cego, baixa visão, deficiência múltipla, surdocegueira), transtornos do espectro Autista (Autistas e Síndrome de Asperger), transtorno global do desenvolvimento (síndrome de Rett, transtorno degenerativo da infância e transtorno sem outra especificação) e Síndromes (Down, X Frágil, Congênita da Zika vírus, Cri-Du-chat, tourette). Na seara psicológica, registra-se a psicose, os núcleos psicóticos e a neurose.

No entendimento de Scoz (2011, 87-150) a atuação do professor precisa ser planejada para definir a melhor estratégia para trabalhar de forma coletiva ou individual a turma, ou seja, as dificuldades encontradas. Ademais, não se pode negar que é imprescindível observar os problemas de aprendizagem, levando em consideração uma adequada avaliação no início do

ano letivo, em detrimento de ser fundamental para o planejamento do professor.

Sem esquecer que os professores precisam ter seus objetivos com base num projeto de educação e que possuam uma formação técnica–profissional que levem ser eficazes para sociedade (SANT-NA; SILVA; TORRES, 2017, p.83), levando em consideração que se precisa romper com a evasão, a repetência e a exclusão escolar.

CONCLUSÃO

A precisão técnica e teórica dos professores, tanto de escola pública como particular, para realizarem a avaliação no início do ano letivo, possibilita a maior clareza dos resultados dos instrumentos, bem como traz a identificação e a viabilização da adequada intervenção vinculadas aos problemas, ou seja, as dificuldades de aprendizagem relacionadas à linguagem e rendimento acadêmico independente da idade.

Vale registrar que a remediação do problema está no planejamento educativo alicerçado em procedimentos e resultados diagnósticos que demonstrem a discrepância entre o aproveitamento atual (aptidão) e o esperado em uma ou mais áreas (rendimento) como, por exemplo, fala, leitura, linguagem escrita, matemática e orientação espacial. Dessarte, não resultam de deficiências sensoriais, motrizes, intelectuais ou emocionais e até a ausência de oportunidades para aprender.

Não se pode entrelaçar a deficiência com dificuldade, pois a dificuldade está relacionada com habilidade mental, processos sensoriais e estabilidade emocional adequadas com déficit específico nos processos integrativos, perceptivo e expressivo, comprometendo a eficiência da aprendizagem.

Enquanto a deficiência está vinculada a lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexias, afasia motora e muitos outros distúrbios ou transtornos.

Além do mais, as dificuldades de aprendizagens podem ser transitórias, especialmente, quando as causas são tratadas ou eliminadas, enquanto que os distúrbios permanecem por toda vida, visto que são disfunções do sistema nervoso central.

Quando são identificadas nas avaliações iniciais as dificuldades dos estudantes, é possível definir estratégias de trabalho. Assim, espera-se que o professor apresente:

- Formação e desenvolvimento profissional (qualificações teóricas e práticas);
- Orientação e trocas de experiências com outros profissionais;

- Conhecer a estrutura de trabalho na escola e sua infraestrutura;
- Manter constante contato com a família.

No que diz respeito às dificuldades de aprendizagem (linguagem, leitura, escrita e matemática), leva-se em conta a necessidade de avaliar no início do ano letivo o estudante e incorporar esse processo na sua prática. Destarte, é preciso ter uma visão integrada da escola, ao passo que identifiquem as características dos indivíduos para serem trabalhados, evitando que estenda ao longo da vida e venha afeta a autoestima, a educação, a vocação, a socialização e atividades diárias.

Diante do resultado da avaliação inicial ou diagnóstica, o professor poderá determinar o ritmo de seu trabalho pedagógico, visto que tem um conjunto de informações que ajudarão na definição da estratégia adotada e adaptar algumas atividades, levando em consideração a dificuldade ou a deficiência identificada para traçar o seu planejamento. Além do mais, a avaliação ajudará na confecção do parecer descritivo e monitoramento dos avanços e das dificuldades no processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

GAMA, Maria Luiza Santos. **Planejamento educacional e formação de professores: práticas sentidos e significados**. Curitiba: APPRIS, 2016.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: mediação, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEIÓ (ALAGOAS). **Diretrizes da avaliação da/para aprendizagem da rede municipal de ensino de Maceió** / [Secretaria Municipal de Educação]. – Maceió: Editora Viva, 2016.

SANT-ANA, Zuleica Dias; SILVA, Carmém Léa Vanderlei. A educação especial na contemporaneidade do Brasil. In: ALMEIDA, Cláudia Cristina Rêgo et al. **Fundamentos e Paradigmas da educação contemporânea**. Arapiraca: Center Graf, 2017.

SANT-ANA, Zuleica Dias; SILVA, José Genildo da; TORRES, José Ronildo da Silva. A educação especial na contemporaneidade do Brasil. In: ALMEIDA, Cláudia Cristina Rêgo et

al. **Fundamentos e Paradigmas da educação contemporânea**. Arapiraca: Center Graf,2017.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?:** Critérios e instrumentos. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagógica e realidade escolar:** do problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.